

## Meu corpo NÃO É seu<sup>1</sup>

Adrielle Maria da SILVA<sup>2</sup>

Thalícia Andressa Sousa SILVA<sup>3</sup>

Maria de Fátima Nascimento França de QUEIROZ<sup>4</sup>

Marília Beatriz de Albuquerque PESSOA<sup>5</sup>

Sheila Borges de OLIVEIRA<sup>6</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE

### RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar o projeto Meu corpo não é seu, desenvolvido na disciplina de Comunicação e Política, do curso de Comunicação Social, do Centro Acadêmico do Agreste, campus da Universidade Federal de Pernambuco em Caruaru. Nele, analisamos o tema da segurança das mulheres em espaços públicos, focando nas experiências de estudantes de universidades situadas em Caruaru e nas políticas públicas adotadas para enfrentar o problema. O estudo teórico sobre o tema da violência de gênero tomou como base os conceitos de gênero, hegemonia e participação. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica de textos acadêmicos e se mapeou notícias da imprensa sobre assédio. Depois, estudantes foram entrevistadas sobre o tema. O resultado da pesquisa pode ser acessado em uma página do Facebook<sup>7</sup>.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; gênero; políticas públicas; violência.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no IJ 06 – Interfaces Comunicacionais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

<sup>2</sup>Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso Comunicação Social da UFPE/CAA, e-mail: [as2200969@gmail.com](mailto:as2200969@gmail.com)

<sup>3</sup>Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso Comunicação Social da UFPE/CAA, e-mail: [thaliciaandressa@gmail.com](mailto:thaliciaandressa@gmail.com)

<sup>4</sup>Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso Comunicação Social da UFPE/CAA, e-mail: [fatima.nfq@hotmail.com](mailto:fatima.nfq@hotmail.com)

<sup>5</sup>Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso Comunicação Social da UFPE/CAA, e-mail: [marilia-pessoa2@hotmail.com](mailto:marilia-pessoa2@hotmail.com)

<sup>6</sup>Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFPE, e-mail: [sheilaborges12@gmail.com](mailto:sheilaborges12@gmail.com)

<sup>7</sup> O projeto Meu corpo NÃO é seu pode ser acessado pelo Facebook por meio do link: <https://www.facebook.com/meucorponaoehseu/>

---

## INTRODUÇÃO

Um estudo feito no Brasil pela Organização Internacional de Combate à Pobreza, (ActionAid)<sup>8</sup> em dezembro de 2018, mostra que 53% das mulheres, ou seja, mais da metade da população feminina entre 14 e 21 anos, sente medo de sofrer assédio sexual. E é justamente o público jovem dessa faixa etária que será objeto de análise deste artigo. Essa pesquisa teve o objetivo de mostrar como a influência do ódio pelas mulheres – traduzido como misoginia – é mais forte em alguns países do que em outros, pode estar relacionado a um maior medo e experiências do assédio sexual.

No grupo das entrevistadas havia mulheres do Brasil, Quênia, Índia e Reino Unido. Entre as brasileiras, 78% delas afirmaram já ter sofrido algum tipo de assédio sexual nos últimos seis meses. Segundo os relatos, essa agressão varia de assédio verbal e virtual a beijo forçado e apalpadadas. É nesse contexto de tensão que a mulher vive sempre em estado de alerta.

Além disso, como mostrou uma pesquisa realizada pela Universidade Rutgers, nos Estados Unidos, e publicado na revista *Frontiers in Neuroscience*<sup>9</sup>, a violência de gênero provoca problemas na saúde mental que podem durar por décadas. As vítimas podem ter memórias vívidas e intensas por anos. Isso contribui para o aparecimento de problemas de autoestima, ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e até suicídio.

Os traumas e as consequências do assédio sexual ganharam mais espaço no debate público quando foram tratados nos roteiros de algumas produções audiovisuais, surgidas nos últimos anos. Elas foram produzidas por e com mulheres no protagonismo, como a série premiada no Globo de Ouro 2018, *Big Little Lies*, a série *Coisa Mais Linda* – produção nacional da Netflix – e a série *Assédio* – obra também nacional e baseada em fatos reais. Algumas dessas são idealizadas por mulheres e falam tanto de assédio sexual como de outros temas também importantes e relativos ao debate de gênero, como, por exemplo, o direito ao aborto, a igualdade salarial entre mulheres e homens e a dupla jornada.

Quando essas séries mostram que as mulheres não estão sozinhas e que a melhor forma de lidar com a situação é por meio de denúncias, isso pode contribuir para o debate público e o encorajamento das mulheres em denunciar o assédio. É o que mostra um

---

<sup>8</sup>Acesso o site da Action Aid e conhece mais sobre a pesquisa de assédio sexual pelo link: [http://actionaid.org.br/na\\_midia/pesquisa-assedio/](http://actionaid.org.br/na_midia/pesquisa-assedio/)

<sup>9</sup>Acesse o site da revista *Frontiers in Neuroscience* e conheça a pesquisa mencionada pelo link: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsy.2018.00311/full>

---

levantamento de dados, publicado na revista *Veja*<sup>10</sup> – uma das revistas impressas mais importantes no Brasil e com veiculação nacional – do Conselho Nacional de Justiça: em 3 anos, no Brasil, as ações por assédio sexual cresceram 200%.

A mídia atua também como um mecanismo que incentiva as mulheres a denunciarem o assédio sexual quando retrata casos envolvendo agressores famosos a exemplo de dois grandes nomes da indústria do entretenimento. Nos Estados Unidos, o produtor cultural Harvey Weinstein foi denunciado por diversas atrizes. No Brasil, o ator da Rede Globo José Mayer foi afastado da emissora por acusações de assédio sexual por parte de produtoras e atrizes.

É nesse contexto que o projeto *Meu corpo NÃO é seu* foi produzido. O nome dele foi inspirado no livro “*Meu corpo NÃO é seu*”, do coletivo Think Olga. Para produzir este artigo, entrevistamos 15 mulheres, todas elas estudantes do Campus da Universidade Federal de Pernambuco em Caruaru, que deram os seus depoimentos sobre casos de assédio, assunto que, por muitas vezes, é historicamente naturalizado e silenciado.

Como o projeto entrevista estudantes de uma universidade, aborda-se ainda o espaço acadêmico, tido como um espaço que frequentemente se comete assédio sexual e que em quase nenhum lugar do mundo as Universidades sabem lidar com o problema, segundo o relatório divulgado pelas Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos EUA<sup>11</sup>, que teve como base dois anos de pesquisa. Além de abordar os aspectos de segurança nos transportes públicos da cidade (ônibus) e nas ruas e o tratamento oferecido às vítimas pelos policiais, tendo como foco a forma como eles lidam com a problemática do assédio.

O projeto não é só sobre mulheres. Esta não é simplesmente uma discussão sobre sexos, dominância ou papéis. Discutir isso só se faz preciso e urgente porque a maioria dos homens veio se beneficiando com uma gama de privilégios – como o maior controle sobre seus corpos – e para isso, foi preciso inferiorizar mulheres e colocá-las como objeto sexual e ainda como culpadas por isso. Esses privilégios são assegurados pelo poder simbólico, fruto da sociedade patriarcal, que reforça a dominação masculina em nossos comportamentos, modo de pensar, falar etc.

---

<sup>10</sup> Acesse o site da *Veja* e confira como as ações por assédio sexual cresceram por meio do link: <https://veja.abril.com.br/brasil/acoes-por-assedio-sexual-crescem-200-em-tres-anos-no-brasil/>

<sup>11</sup> Relatório divulgado pelas Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos EUA sobre o assédio sexual nas Universidades, acessado pelo link: <https://www.nap.edu/catalog/24994/sexual-harassment-of-women-climate-culture-and-consequences-in-academic>

“Trata-se do exemplo por excelência da submissão paradoxal da violência simbólica – violência suave, insensível, invisível – a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade (BOURDIEU, 2002, p. 1-2)”.

Para mostrar dados sobre esse assunto, uma pesquisa de abril de 2018, do Dossiê BrandLab<sup>12</sup> – estudo desenvolvido pela empresa multinacional de serviços on-line, Google – mostrou que há uma crescente curiosidade em procurar nas barras de pesquisa do Google e Youtube o termo ‘machismo no Brasil’. Em números, 263% a mais da população mostra um maior interesse pelo assunto. Isso mostra que há um maior interesse em entender sobre os privilégios masculinos em relação aos femininos. Porém, as pesquisas também mostram que ainda há muito que aprender sobre o assunto. Por isso, o projeto coloca uma luz nessa problemática e ajuda as pessoas a refletirem, focando na temática do assédio sexual.

## **JUSTIFICATIVA E APORTE TEÓRICO**

O projeto surgiu porque toda a equipe é formada por mulheres que possuem afinidade com a temática do assédio e que conhecem outras mulheres que vivem essa realidade de um modo cotidiano. Além disso, obteve-se também, a partir de uma pesquisa feita em 2018 pelo Instituto YouGov<sup>13</sup> – empresa líder internacional de pesquisa de mercado – que a Região Centro-Oeste é onde as mulheres mais sofreram assédio nas ruas, com 92% de incidência do problema. Em seguida, vêm Norte (88%), Nordeste (86%) e Sudeste (86%) e Sul (85%).

Ter números tão alarmantes de assédio sexual em espaços públicos pode limitar o acesso das mulheres ao estudo e ao trabalho. Isso é comprovado pelo alto número de assédio entre as estudantes entrevistadas em Caruaru: 100%. Também foi observado, a partir de uma pesquisa de campo e entrevistadas coletadas na Secretaria da Mulher na cidade de Caruaru, em 2017, que ainda havia uma enorme dificuldade em mapear os

---

<sup>12</sup>Acesse o site e conheça a pesquisa do Dossiê BrandLab por meio do link: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-nova-masculinidade-e-os-homens-brasileiros/>

<sup>13</sup>Acesse o site da Action Aid e saiba os resultados da pesquisa de assédio sexual por meio do link: <http://actionaid.org.br/noticia/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico/>

pontos físicos em que ocorre o assédio sexual. A pesquisa foi sendo aprofundada à medida que encontrávamos mais respostas e íamos avançando nas investigações sobre o tema.

De modo geral, a conclusão é que essa dificuldade de mapeamento ocorre devido ao entrave da Lei do estupro nº 12.015, de 2009, em interpretar a violência que não é física. Um exemplo disso foi o caso que ocorreu em um transporte público em São Paulo, um homem ejaculou em uma mulher de 34 anos que seguia para o trabalho<sup>14</sup> e após ter sido preso em flagrante foi solto. A justificativa do juiz responsável pelo caso é que o ato não pode ser considerado como estupro, mas sim importunação contra alguém em um local público.

Isso dificulta a penalização e os registros de dados de assédio quando a violência não ocorre de modo físico, mas simbólica, moral e psicologicamente. Além disso, em geral, mulheres localizadas na zona rural<sup>15</sup> também passam pela dificuldade do distanciamento geográfico de assistência social, educação e segurança. Isso torna ainda mais difícil realizar um correto levantamento de dados sobre a violência.

Para preencher essas lacunas, a Lei Federal nº 13.718 da importunação sexual<sup>16</sup>, aprovada em 2018, amplia a criminalização do assédio sexual. Isso quer dizer que a violência moral, a produção e o compartilhamento de cenas de estupro, nudez, sexo e a pornografia sem consentimento também poderão sofrer punições. Em Caruaru, a atual prefeita da cidade, Raquel Lyra (PSDB), sancionou em outubro de 2018, duas leis que beneficiam as mulheres<sup>17</sup>. Uma delas, a Lei nº 7.829\2018 diz respeito à priorização da matrícula dos filhos das vítimas nas escolas de rede municipal e o atendimento nos serviços de assistência social. A outra, a de nº 7.830\2018, reestrutura o Conselho Municipal da Mulher.

É nesse contexto que a temática foi trabalhada na disciplina para este artigo. Além do mais, a temática do assédio deve ser discutida não só para fazer um maior número de pessoas entenderem as consequências e os erros do problema, mas para que haja um

---

<sup>14</sup>Acesse site do G1 e conheça o caso de assédio ocorrido em um transporte público em São Paulo pelo link: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/juiz-manda-soltar-homem-que-ejaculou-em-mulher-em-onibus-na-zona-leste-de-sp.ghtml>

<sup>15</sup>Acesse o site da ONU e entenda a falta de dados sobre violência sexual com mulheres da zona rural pelo link: <https://nacoesunidas.org/fao-alerta-para-falta-de-dados-sobre-violencia-sexual-contra-mulheres-rurais-no-brasil/>

<sup>16</sup>Acesse o site do G1 e entenda a Lei de importunação sexual pelo link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/04/entenda-a-lei-de-importunacao-sexual.ghtml>

<sup>17</sup>Acesse o site das Leis Municipais e saiba o que mudou em relação às mulheres que moram em Caruaru pelo link: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/c/caruaru/lei-ordinaria/2018/608/6074/lei-ordinaria-n-6074-2018-dispoe-sobre-as-politicas-publicas-de-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher-em-situacao-de-vulnerabilidade-em-caruaru-pe-e-da-outras-providencias>

questionamento: por que existe um número tão alto de assédio e como isso foi tão naturalizado e silenciado por tanto tempo? É preciso pensar nas possíveis raízes do problema e tentar desconstruir padrões.

“Somente com a desconstrução de padrões que justificam qualquer tipo de dominação masculina que a cultura do estupro tenderá à inanição ou a ser deliberadamente aniquilada. Dessa forma, ao perder seu principal alicerce, a saber – a ideia de que homens têm direito a ter acesso livre ao corpo da mulher – a cultura do estupro também tem eliminada a justificativa para que a violência sexual seja, de alguma forma, aceita ou tolerada pela sociedade” (SOUSA, 2017, p.27)

O problema estrutural da dominação dos corpos femininos pode ser visto pela ótica do gênero como uma relação de poder. Nesse sentido, a identidade faz parte da dimensão simbólica das relações sociais e a separação dos gêneros entre masculino e feminino é uma forma de identificar os corpos e, conseqüentemente, as relações que existirão com eles. É o gênero que oferece sustentação ao patriarcado e, com isso, se constrói os discursos e os sentidos de dominação.

Ou seja, assim que nascemos os nossos corpos recebem uma identidade imposta de acordo com o sexo que recebemos e qualquer atitude em desacordo com as imposições pré-estabelecidas para cada sexo é marginalizada. Portanto, as identidades associadas a cada pessoa são construídas com a ajuda de discursos e práticas que tentam formar como deve ser a essência de um indivíduo. Isso é construído e regulado para reproduzir a lógica do patriarcado – em que os homens devem ser as figuras de privilégio e autoridades dentro de uma sociedade. Nesse sentido, o que explica os privilégios do masculino não é a biologia, mas sim as construções sociais.

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Um dos verbetes trabalhados durante a disciplina de Comunicação e Política foi o de hegemonia, que se refere à predominância de um grupo sobre o outro. Para as

---

estruturas de poder e autoridade serem aceitas, é preciso construir uma hegemonia em torno de ideias. Assim, elas podem ser difundidas como naturais e legítimas. Na pesquisa feita para o projeto que deu origem a este artigo, focou-se na hegemonia do patriarcado dentro da cultura do estupro e da luta das mulheres frente à problemática da violência.

Gramsci (1978) afirma que é comum que um determinado grupo social, que está em uma situação de subordinação, adote a concepção do mundo do grupo que está no poder e que impõe suas visões de mundo as demais pessoas. Além disso, o autor ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente não exerce um pensamento crítico.

É preciso discutir o quanto a cultura machista e misógina pode contribuir para a perpetuação desse tipo de violência contra a mulher e deixar de lado estereótipos de homens “doentes”, como sendo a imagem da maioria dos estupradores e assediadores. Isso não só os isentariam de suas responsabilidades como simplificaria a discussão da cultura do estupro.

Por último, utilizamos neste artigo o conceito de participação (BORDENAVE, 1986). Por meio dele, podemos destacar a importância da mobilização dos indivíduos na organização de uma sociedade na solução de problemas coletivos. No caso deste artigo, para o enfrentamento da violência de gênero. O conceito de participação social é estudado na sociologia como um princípio de integração dos indivíduos nos diversos núcleos organizacionais da sociedade que discutem assuntos que são pertinentes ao ambiente social.

Neste artigo, este conceito pode ser vinculado à organização das mulheres, que pressionaram os Poderes Legislativo e Executivo por mudanças para enfrentar os casos de assédio, sofrido pelas mulheres, em locais públicos. Um exemplo dessa pressão foram as produções audiovisuais aqui mencionadas. O próprio movimento feminista<sup>18</sup> – que reivindica direitos iguais para as mulheres e surgiu no século XIX, ainda bem diferente do que é hoje – também é um exemplo de como esse ativismo pode ser feito com e por mulheres.

Foi a partir desse movimento que surgiram as sufragistas, mulheres inglesas que lutaram pelo direito da participação feminina nas eleições. Além dele, há diversos outros atos encabeçados por mulheres que conseguiram menos desigualdade. Em Caruaru, a participação das mulheres ativistas pode ser vista nas manifestações de rua, organizadas

---

<sup>18</sup>Acesse o site da Fundação Getúlio Vargas e entenda mais sobre o movimento feminista por meio deste link: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>

pelos movimentos feministas da cidade, como o que ocorreu em março deste ano. Nele, as mulheres protestaram contra todas as formas de violência e também contra a atual proposta da reforma da previdência. Esses grupos organizam, de forma sistemática, rodas de conversas e atos voltados para se discutir políticas específicas para as mulheres que moram no município.

Ou seja, a participação funciona como uma estratégia de redistribuição de poder no qual os cidadãos historicamente excluídos dos processos políticos – como é o caso das mulheres que são prejudicadas pelo sistema patriarcal – devem ser incluídos como participantes, contribuindo para o planejamento do seu futuro. Isso é visto em produções audiovisuais nas quais se debatem o tema do assédio com responsabilidade e em pesquisas que contribuem para mostrar os altos números dessa violência.

Por isso, na pesquisa, para o nosso projeto, as mulheres entrevistadas foram questionadas sobre como elas veem a questão da segurança pública no seu cotidiano e como elas podem contribuir para aumentar a participação social para a luta por soluções para os casos de violência. Teve-se a oportunidade de discutir como a gestão da prefeita do município de Caruaru, Raquel Lyra, está sendo avaliada sob o ponto de vista das políticas públicas voltadas para a segurança das mulheres e também como o Estado em si, atua nessa questão. Discutiu-se a eficácia da ‘Lei Parada Segura<sup>19</sup>’, que existe desde o final de 2017, em que mulheres em horário noturno podem embarcar e desembarcar fora do ponto de ônibus; o funcionamento da Delegacia da Mulher e se já usou para fazer denúncias; os transportes com motoristas mulheres; o espaço acadêmico como um meio seguro ou não, entre outros.

## **DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO**

Como foi exposto anteriormente, os conceitos, utilizados no projeto e explicados neste artigo, foram trabalhados em sala de aula com uma revisão bibliográfica e debates. Com base neles, realizamos os questionários das entrevistas de campo. Depois, coletamos os depoimentos das vítimas de violência de gênero para a produção de uma página no

---

<sup>19</sup>Acesse o site do Jornal de Caruaru e conheça a Lei da Parada Segura por meio deste link: <https://www.jornaldecaruaru.com.br/2017/11/mulheres-de-caruaru-comemoram-lei-que-sanciona-a-parada-segura/>

Facebook. Toda identidade visual foi pensada para que refletisse a temática do projeto de forma mais suave.

O nome do projeto surgiu a partir do livro “Meu Corpo Não é Seu”, do coletivo Think Olga. A identidade visual da página do Facebook foi desenvolvida pela integrante do grupo Marília Pessoa, estudante do curso de Comunicação Social do Núcleo de Design e Comunicação do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. A identidade também foi criada em mais de uma versão, como uma que evidencia o cabelo crespo da mulher. Foi construída uma identidade visual com base em pesquisas e discussões em grupo, como podemos ver na imagem abaixo.



*Arte de Marília Pessoa, integrante da equipe*

Foram elaboradas cerca de 10 perguntas para 15 mulheres, que aceitaram participar do projeto. Elas foram desenvolvidas por todas as integrantes do grupo com base em dúvidas cotidianas e em pesquisas relacionadas a políticas públicas em Caruaru e em outros locais, como as que surgiram a partir da conversa com Joana Figueirêdo, da Secretaria de Política para as Mulheres em Caruaru, e de dados fornecidos pela mesma. Destacamos abaixo alguns desses depoimentos que podem ser acessados pelo Facebook por meio do link: <https://www.facebook.com/meucorponaoehseu/>



### Meu corpo NÃO É seu



Publicado por Marília Pessoa [?] · 5 de dezembro de 2017 · 

RELATO - Carol Oliveira, 21 anos

"Já sofri assédio sim. Qual mulher não sofre? E do jeito que as coisas são, me atrevo a dizer que tenho "sorte", pois nunca foram assédios físicos. Não tenho um caso específico para dizer, pois como nunca foram físicos, minha tendência era relevar comentários machistas e impróprios. Hoje em dia, aparentemente, os comentários têm diminuído. É mais difícil escutá-los nas ruas. Penso que talvez o feminismo esteja mudando mais a mentalidade das pessoas, mas estatísticas e notícias me mostram que não. O meu medo não deixa de existir: quando estou sozinha ando mais rápido, tento fazer o mínimo de contato visual possível com homens... Nunca deixei que meu medo de assédio me impedisse de fazer o que gosto, mas quanto às roupas, sempre penso duas vezes. "Será que está curta?" "Se eu usar este short vai chamar atenção, melhor não..."



### Meu corpo NÃO É seu



Publicado por Marília Pessoa [?] · 4 de dezembro de 2017 · 

RELATO - Tainá Lima, 22 anos.

"Esse tipo de assédio é diário, qual mulher nunca mudou de calçada pra evitar passar por um local com muitos homens?

Um caso específico que rolou esses dias, na ida para a faculdade, um cara com um pitbull me seguiu quase até a parada, me chamando de gostosa e fazendo insinuações. Foi horrível, ainda mais pra quem sofre de ansiedade e pânico."



## Meu corpo NÃO É seu

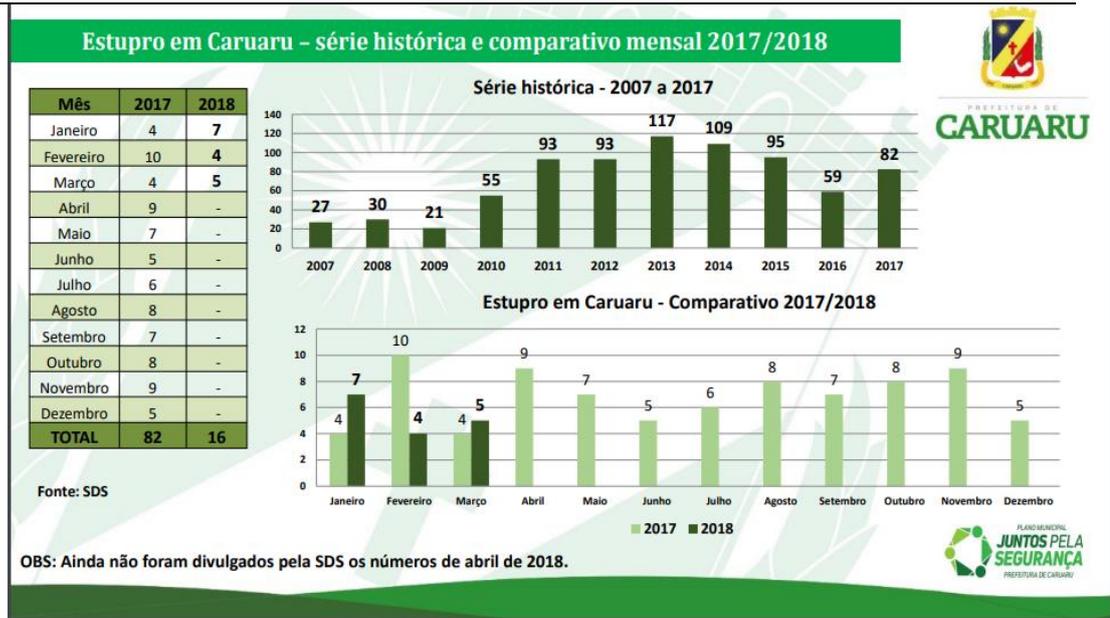
Publicado por Marília Pessoa [?] · 4 de dezembro de 2017 · 🌐

RELATOS - Vivian Cavalcanti, 23 anos.

"Já sofri e sofro assédio. Inclusive passei por uma situação constrangedora há quase 15 dias. Foi numa clínica de análises laboratoriais, eu não lembro o nome, sei que fica na Av. Agamenon. Eu e outra amiga estávamos distribuindo currículos e entramos nessa clínica, um senhor de 50 anos aproximadamente nos atendeu. Ele tava muito à vontade e parecia ser o dono da clínica. Ele começou a conversar (de forma "simpática" ) sobre as nossas experiências profissionais, foi aí que perguntei se ele era o responsável pela seleção e ele falou "Você vai me dar o quê?" Eu disse "Metade do meu salário" brinquei, já que imaginei que ele também estava. Ele "Quero um doce, você era pra ter trazido um doce" já com um tom que eu não gostei, então eu disse " não tenho nada pra dar, tão pouco doce, to muito gorda" de forma ríspida mostrando que já não queria mais aquela conversa. Foi quando ele disse " Você não é gorda, é gostosa!" na frente de todas as pessoas que estavam na recepção. Pra muitos pode ser elogio mas eu não gostei nem das palavras nem do tom. Dei as costas e fui embora.

Quando mais nova morei numa cidade da Bahia. Lembro que tinha uns 15 anos quando estava no ônibus com uma amiga da minha mãe. Tinha um cara me "encoxando", eu me afastava, ele se aproximava, foi aí que eu fiquei em choque, com medo, não sabia o que fazer, não sabia o que falar, fiquei com vergonha de alguém perceber. Mas, já não suportando aquilo, me enfiei entre os bancos que estava a amiga de minha mãe e uma desconhecida, e fiquei lá toda torta com metade do meu corpo em cima delas e elas não falaram nada pois perceberam o que tava acontecendo mas assim como eu elas ficaram sem ação. E ele continuou lá, de forma nojenta, agindo como se nada tivesse acontecendo."

Como podemos perceber por meio dos depoimentos destacados acima, este artigo surgiu como uma proposta de contribuir para o preenchimento de lacunas no campo do enfrentamento à violência de gênero, que a própria Secretaria de Política para as Mulheres de Caruaru identificou no quadro abaixo. É o caso, por exemplo, da dificuldade de mapeamento dos pontos de Caruaru nos quais pode ocorrer assédio sexual e na ausência de políticas de proteção voltadas para os espaços acadêmicos e os transportes públicos. As políticas públicas são criadas e implementadas pelos gestores públicos, mas é na participação social do ativismo político que as mulheres podem unir forças para criar uma rede de mobilização e de apoio a mulheres.



*Esses dados foram fornecidos pela Secretaria de Política para as Mulheres de Caruaru*

Com base nos conceitos teóricos trabalhados e nos dados públicos sobre o problema da violência de gênero fornecidos pela Prefeitura de Caruaru, realizamos as perguntas da pesquisa de campo e gravamos os depoimentos, fornecidos pelas estudantes. Todo o trabalho também foi registrado em vídeos, que viraram uma série de três vídeos, cada um deles foi elaborado a partir de um subtema diferente dentro da temática principal do assédio sexual. As entrevistadas possuíam diferentes perfis comportamentais e econômicos. Todas com idade entre 16 e 27 anos e boa parte delas estudava na Universidade Federal de Pernambuco.

Em todos os vídeos foi utilizada a técnica da câmera subjetiva para trazer um olhar mais empático sobre o assunto e o telespectador ter mais facilidade em se colocar no lugar das vítimas. O primeiro vídeo funcionou como um resumo do tema e introdução para os próximos vídeos. O segundo coloca em evidência a cultura do estupro em que ficam nítidas a hegemonia do patriarcado e a luta das mulheres para sobreviver diante dessa problemática. O terceiro mostra o depoimento de uma estudante da UFPE enquanto usava um transporte público. Na imagem abaixo, uma cena do primeiro documentário com a estudante Josy Maria, do curso de Design, do Centro Acadêmico do Agreste, da UFPE.



*Estudante de Design da UFPE – CAA Josy Maria no primeiro vídeo da série*

Todos os vídeos mencionados foram postados em uma página na rede social Facebook, que serviu para juntar os depoimentos, escritos ou falados, em um lugar só para facilitar o acesso dos internautas. Esses vídeos foram apresentados na mostra audiovisual da 11ª edição da Bienal da UNE – União Nacional dos Estudantes este ano de 2019. O evento ocorreu em Salvador e contou com mais de 10 mil estudantes de diversas regiões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de fazer o projeto foi enriquecedora para a equipe e para a sala de aula. Todas as etapas foram de grande importância para a construção da pesquisa, que foi sendo aprofundada com o tempo. Os depoimentos das entrevistadas são sinceros, fortes e capazes de sensibilizar e conscientizar quem está lendo.

Como imaginávamos, não foi difícil conseguir mulheres que tivessem relatos e opiniões pessoais sobre casos de assédio sexual. A dificuldade foi encontrar quem estivesse disposta a dar um depoimento filmado. Além disso, houve o desafio de editar, filmar e entrevistar as vítimas de uma forma profissional e, ao mesmo tempo, respeitosa e sem frieza.

Por meio dos relatos, “Meu Corpo NÃO É seu” conectou mulheres de diversas cidades, gerou identificação, empatia e sentimento de que as mulheres não estão sozinhas

e que não são culpadas pelos assédios sofridos. A exibição do projeto na Bienal da UNE também contribuiu para uma maior divulgação do trabalho. Foi uma forma de provocar reflexões para um problema que é global, o assédio sexual. Além disso, os depoimentos também incentivaram outras mulheres a contarem seus relatos e não se calarem, o que ajuda a tornar o problema do assédio sexual e a insegurança das mulheres nos espaços urbanos públicos assuntos mais discutidos, mais debatidos e esse é o primeiro passo para incentivar mudanças na prática, do mundo virtual para o mundo real.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, PIERRE. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência** simbólica, ED. Bertrand Brasil
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987.
- CAMPOS, A. A. **A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais**. Revista espaço acadêmico. Pernambuco. N. 183. Agosto de 2016.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**, Difusão europeia do livro, São Paulo, 1967.
- 'FEMIDRIVER', APLICATIVO DE TRANSPORTE PARA MULHERES, RECEBE CADASTROS EM CARUARU**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/femidriver-aplicativo-de-transporte-para-mulheres-recebe-cadastros-em-caruaru.ghtml>. Acesso em 18 de março de 2019.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- LEI PERMITE MULHER DESCER FORA DO PONTO DE ÔNIBUS EM HORÁRIO NOTURNO**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/lei-permite-mulher-descer-fora-do-ponto-de-onibus-em-horario-noturno.ghtml>. Acesso em 17 de março de 2019.
- MULHERES DE CARUARU COMEMORAM LEI QUE SANCIONA A PARADA SEGURA**. Portal da Prefeitura de Caruaru. Disponível em: <https://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/24/11/2017/mulheres-de-caruaru-comemoram-lei-que-sanciona.html>. Acesso em 18 de março de 2019.
- OSIS, Maria Jose D; PÁDUA, Karla, S; FAÚNDES, Aníbal. **Limitações no atendimento, pelas delegacias especializadas, das mulheres que sofrem violência sexual**. Boletim do Instituto de Saúde. São Paulo. Volume 14, número 3. Agosto de 2013.
- OLIVEIRA, Eleonora. M; BARBOSA, Rosana M; MOURA, Alexandre, A. V. M; VON KOSSEL, Karen; MORELLI, Karina; BOTELHO Luciane; STOIANOV, Maristela. **Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo**. Revista de Saúde Pública. São Paulo, SP. 2003
- OLGA, T. **Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher**, Ed. Companhia das Letras, 2014.
- SOUSA, Renata. F. **Cultura do estupro – a prática implícita de incitação à violência sexual**.
- SOUZA, Flavia. B. C; DREZZET, Jefferson; MEIRELLES, Alcina, C; RAMOS, Denise, G. **Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual**. Reprodução e Climatério. Volume 27. Páginas 98 a 103. Dezembro-setembro de 2012.
- SIMÕES, G. L, Simões, J. M. **Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>> Acesso em 24 de março de 2019